

Nassau e a conciliação (1637-1644)

Em 1637, o conde Maurício de Nassau desembarcou no Recife como governador do Brasil holandês.

Depois de sete anos de guerra, definiam-se os limites entre a Nova Holanda e o Estado do Brasil.

A Companhia, sendo um empreendimento bélico-mercantil, deveria garantir aos seus acionistas lucros provenientes das guerras do açúcar e do tráfico.

A eliminação da resistência interna era crucial para obter o controle da exportação do açúcar e tentar recuperar os recursos aplicados nas ações de ocupação.

Para alcançar esse objetivo, Nassau apresentou uma proposta de conciliação à população local.



Conciliação com o invasor

Os colonos que aceitassem submeter-se à Companhia, teriam:

- manutenção da propriedade das terras e dos engenhos;
- concessão de liberdade religiosa aos católicos e judeus.

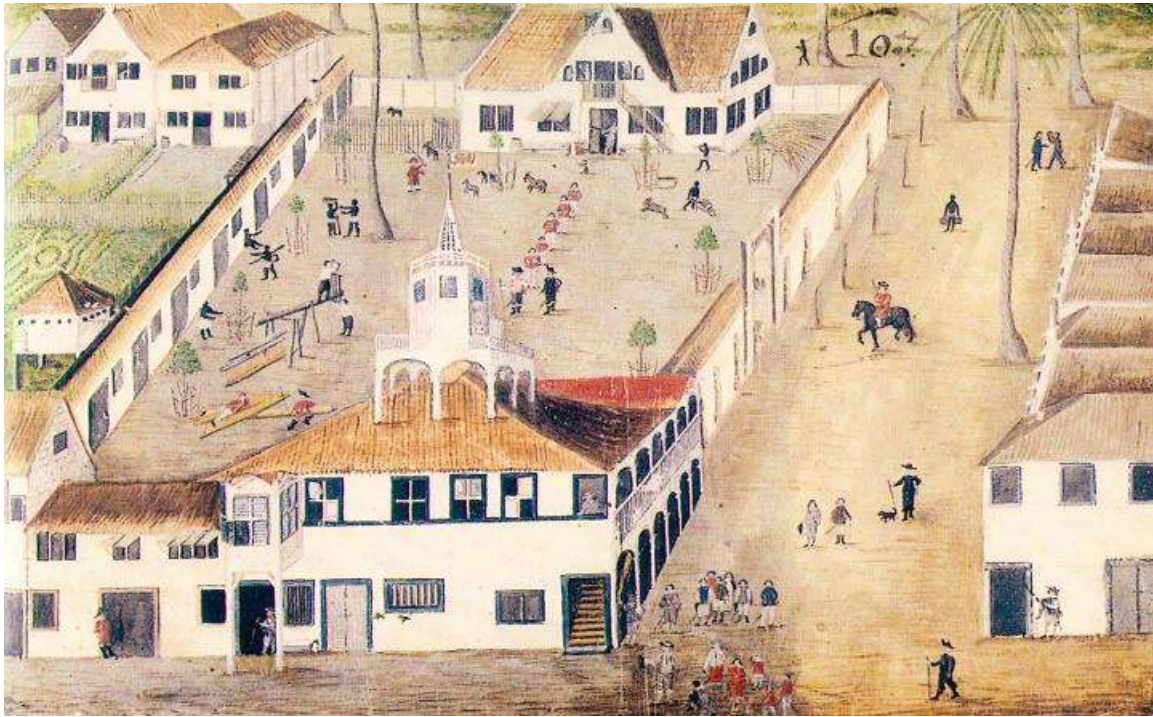
A tolerância aos judeus se explica pela existência de acionistas judeus na Companhia e pela grande presença de cristãos-novos no Brasil.

- o pagamento de melhor preço pelo açúcar.
- garantia de empréstimos a juros baixos para compra e reconstrução dos engenhos;

A conciliação com a população garantiu à Companhia a recuperação dos prejuízos das guerras de invasão.

Durante o período nassauniano, inúmeras inovações contribuíram para as boas relações com os senhores de engenho.

- a reforma do porto e ruas de Recife, o que facilitou o transporte do açúcar;
- a construção de Maurícia, primeira cidade planejada do Brasil, sede da administração flamenga, dentro de Recife;
- a construção de duas pontes de grande extensão, também em Recife;
- A construção do primeiro observatório astronômico montado na América;
- o estímulo à diversificação da agricultura.



No âmbito cultural e científico, Nassau patrocinou a vinda de uma missão, composta de naturalistas, cientistas, artífices e pintores, que se dedicou a estudar e a representar a natureza, a geografia e os índios.

Os pintores registraram animais, paisagens e plantas de ambientes variados, desde as lagunas litorâneas até a caatinga interior.

Retrataram também os indígenas, tanto em suas sociedades originais quanto imersos no processo de aculturação e colonização.

Esses homens realizaram um extraordinário acervo iconográfico e documental da natureza. Juntos, produziram a mais importante obra científica sobre o Brasil até o século XIX.



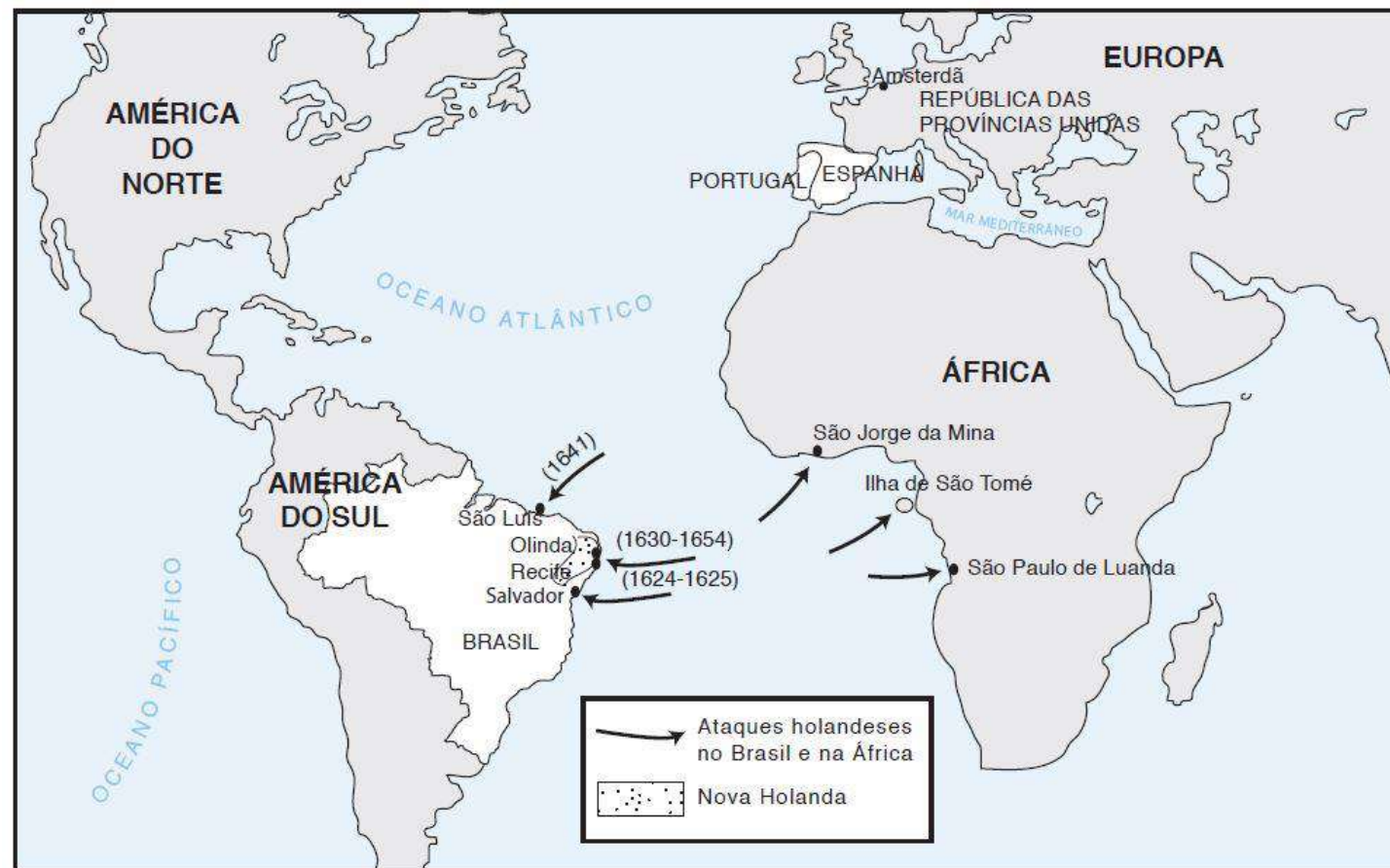
Guerra do tráfico

A produção do açúcar somente seria viabilizada se pudessem obter o controle do tráfico com a África.

Em 1637, Nassau enviou uma armada para capturar **São Jorge da Mina**, entreposto português de comércio de ouro e de escravos (atual Gana).

No entanto, a região não garantia a quantidade suficiente de escravos a Pernambuco. Nassau lançou ataques sobre o maior mercado atlântico de cativos: **Angola**.

Em 1642, Luanda, Benguela e São Tomé estavam sob controle dos holandeses.



Fome de cativos – bandeiras de preação

A preponderância da Holanda no Atlântico e o domínio das praças escravistas dificultaram o tráfico negreiro para as áreas litorâneas brasileiras, desorganizando o mercado português de escravos.

A falta de africanos nas áreas portuguesas valorizou o escravo indígena. Os paulistas se viram estimulados a intensificar as bandeiras de preação dos gentios para abastecer o litoral açucareiro.

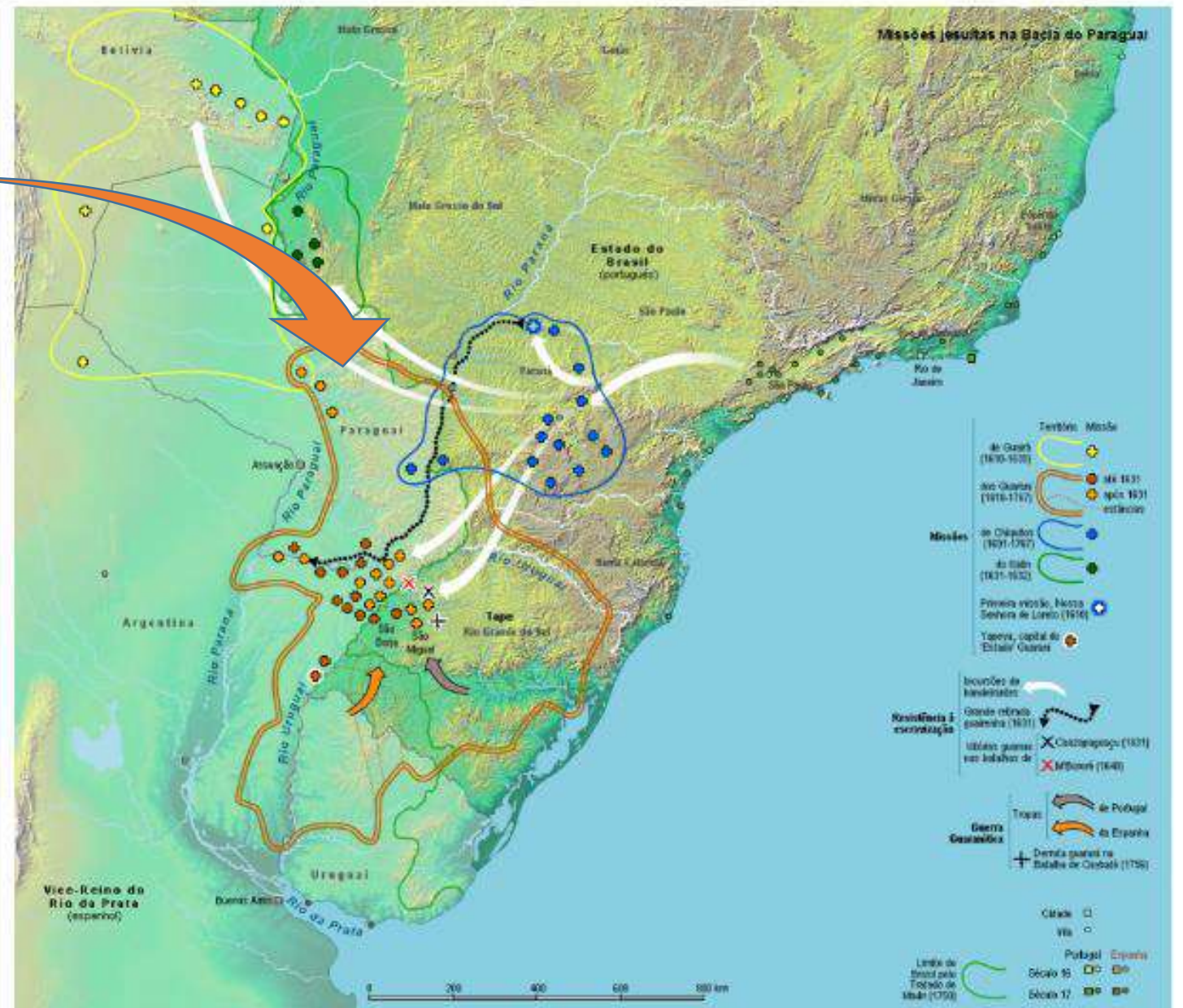
Nesses anos da guerra do tráfico e do açúcar, o bandeirismo de preação teve seu auge, sendo as missões jesuíticas espanholas da América o alvo principal das investidas dos paulistas.

A guerra do tráfico colocou em risco a produção no Brasil, em 1643, o governador-geral, prevenia el-rei:

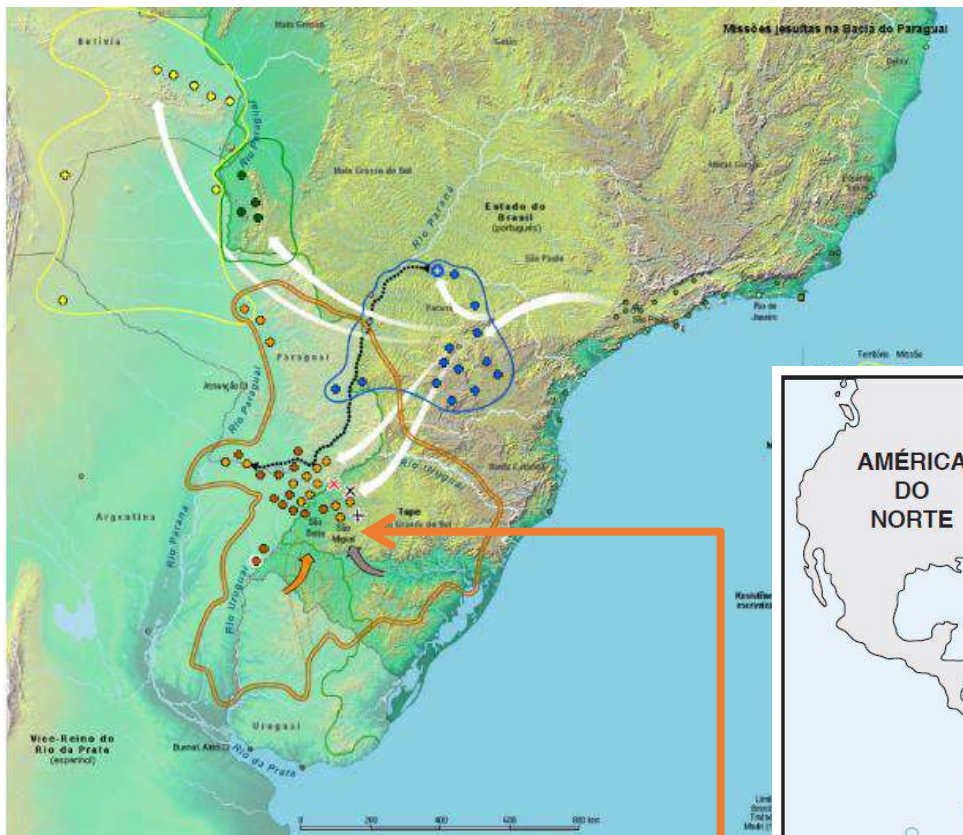
“Angola, senhor, está de todo perdida, e sem ela não tem Vossa Majestade o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de Vossa Majestade os direitos que tinham em seus açúcares”.

Ou seja: sem o trato de Luanda, a colônia americana estava condenada.

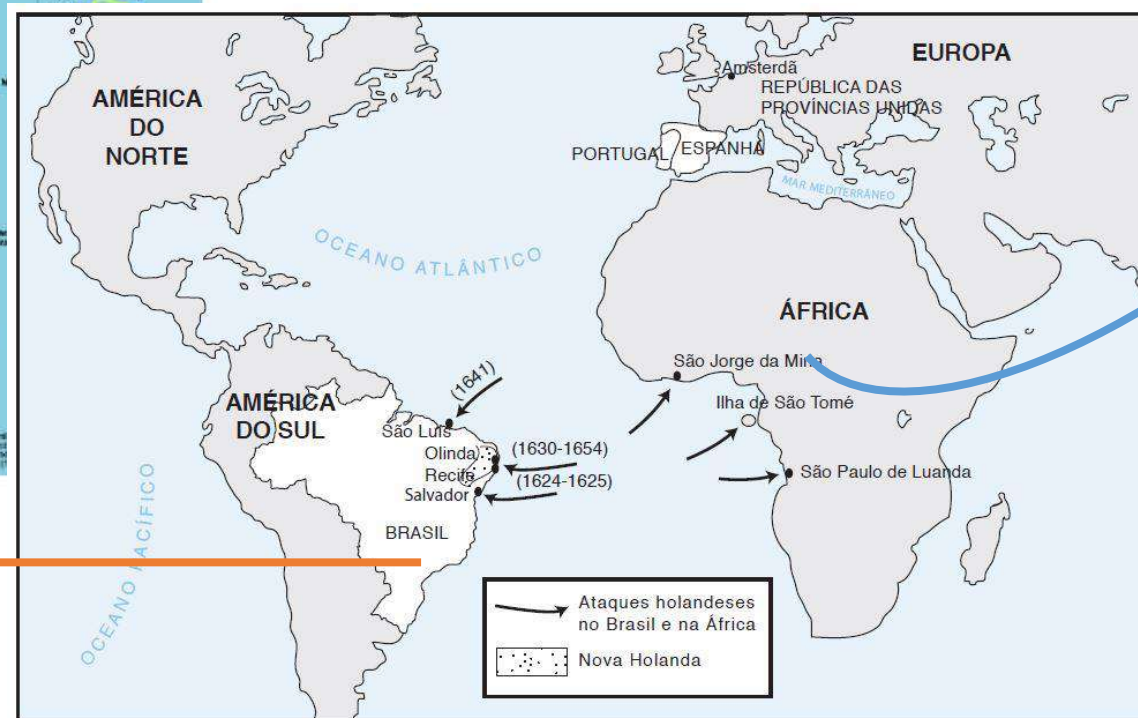
Missões jesuítas



Guerra do tráfico



Bandeiras de
preação



Bandeiras de preação



Restauração – 1640

- Em 1640, ocorreu o movimento de expulsão dos espanhóis, que pôs fim à dominação espanhola. Portugal recuperou sua autonomia política com a aclamação do monarca D. João IV, iniciando a dinastia de Bragança. A guerra de expulsão dos espanhóis resultou:
- do enfraquecimento da Espanha, decorrente da Guerra dos Trinta Anos (1618-48), travada contra França, Holanda e Suécia;
- das administrações despóticas de Filipe III e IV, que, desrespeitando o Juramento de Tomar, provocaram imensos prejuízos aos portugueses com as invasões flamengas;
- do apoio da Holanda contra seus inimigos espanhóis;
- da emergência do sebastianismo, a crença messiânica do retorno do rei libertador.

A trégua dos dez anos

- Após a Restauração, D. João IV enviou uma missão diplomática à Holanda, na tentativa de estabelecer uma trégua com a Companhia. Em 1641, Portugal e Holanda assinaram um armistício, que acordava a permanência dos flamengos no Brasil por mais dez anos, desde que não fosse ampliado o domínio.
- Nassau, mesmo após o armistício, lançou ataques às capitanias do Norte e à costa africana. Em menos de um ano, os flamengos ocuparam o Maranhão e o Sergipe e as praças escravistas Angola, Benguela e São Tomé.
- O rei D. João IV, incapacitado de derrotar os invasores, pensou em propor a paz em troca da entrega de Pernambuco aos flamengos, no entanto, a guerra de expulsão iniciada pelos colonos inviabilizou o plano régio.

Insurreição Pernambucana (1644-54)

A expulsão dos holandeses começou logo após a saída de Nassau. Ao se recusar a cumprir as diretrizes estabelecidas pela Companhia, Nassau abandonou o Brasil. Uma junta assumiu o governo e passou a impor rígidas medidas que provocaram o fim da conciliação, que havia sido a base para a pacificação.

O recrudescimento das guerras brásílicas deveu-se principalmente ao endividamento dos senhores de engenho com a Companhia, que, interessada em ampliar seus lucros, ordenou o aumento de impostos e a cobrança dos empréstimos contraídos pelos fazendeiros. A ameaça à propriedade deflagrou a Insurreição Pernambucana.

No mesmo momento, a Guerra entre Holanda e Inglaterra, resultante da disputa pela hegemonia marítima, após a publicação do Ato de Navegação em 1651, por Cromwell, enfraqueceu os flamengos.



Consequências da invasão flamenga

- Após os 30 anos de domínio flamengo, a posição do Brasil no mercado atlântico nunca mais foi a mesma, nem a concentração de riquezas na colônia.
- Após a expulsão, os holandeses passaram a produzir açúcar nas Antilhas. Iniciou-se a concorrência da produção holandesa com a inglesa e a francesa.
- O aumento da oferta de açúcar no mercado provocou a queda dos preços nas décadas de 1670 e 1680, o que dificultou a recuperação da produção brasileira.
- Durante a ocupação flamenga, a Coroa portuguesa, para financiar a guerra, optou pelo aumento da tributação do açúcar. Em Pernambuco, cerca de 80% das receitas do governo provinham de vários impostos sobre o açúcar. Os senhores de engenho queixavam-se desses impostos e de outras medidas de tempo de guerra, como a requisição de navios e o aquartelamento das tropas. Mesmo com o fim da guerra, a Coroa não reduziu os impostos, fato que contribuiu para agravar a crise da produção no Nordeste.
- Portugal vivia a bancarrota, era um cadáver econômico.

1. (PUC RJ – 2016) A respeito da ocupação holandesa dos territórios portugueses na América e na África, na primeira metade do século XVII, assinale a alternativa **INCORRETA**

a) A ocupação holandesa está relacionada à conjuntura política da união das coroas de Espanha e Portugal (União Ibérica) e ao processo de independência dos Países Baixos.

b) Nesta mesma época, os holandeses também invadiram e ocuparam territórios portugueses na África (Angola), com o objetivo de controlar o fluxo de escravos negros para os engenhos de açúcar da América portuguesa.

c) O período de administração de Maurício de Nassau foi marcado pela reorganização urbanística do Recife, com a pavimentação de ruas e a construção de novas pontes.

d) A administração de Nassau no Nordeste da América portuguesa ficou caracterizada pela perseguição aos católicos e judeus, uma vez que os holandeses professavam a religião protestante (calvinistas).

e) Até a União Ibérica, os comerciantes holandeses eram os principais distribuidores do açúcar português na Europa.

2. (UFV) O período que se estende de 1624 a 1654 é caracterizado por tentativas de colonização costeira do Brasil e pelo efetivo domínio holandês no Nordeste. Sobre as “Invasões Holandesas”, nesse momento da história colonial brasileira, é INCORRETO afirmar que elas

- a) iniciaram-se pela Bahia, de onde os holandeses foram expulsos, mas expandiram-se em direção a Recife até atingir o entorno de São Luís, região estratégica para o ataque às frotas oriundas das minas espanholas que por lá passavam carregadas de ouro e prata.
- b) estavam relacionadas com a União Ibérica e a consequente guerra pela autonomia das Províncias Unidas dos Países Baixos frente ao domínio espanhol, que interferiu nas relações políticas e comerciais entre portugueses e holandeses.
- c) contaram com a participação da Companhia das Índias Ocidentais, empresa responsável pela administração do território holandês conquistado e que, em troca de apoio, ofereceu vantagens aos senhores de engenhos de Pernambuco.
- d) entraram em decadência a partir de 1642, devido à nova política adotada pela Companhia das Índias Ocidentais, que obrigou os senhores de engenho a aumentar a produção de açúcar para que conseguissem pagar suas dívidas com os holandeses.
- e) propiciaram a substituição da mão de obra escrava pela livre nas lavouras canavieiras do Nordeste, durante o governo do conde Maurício de Nassau, também conhecido por implementar a urbanização e o embelezamento do Recife.

3. (FGV) Feitas as contas, a historiografia tradicional do bandeirantismo errou na proposição secundária (as bandeiras caçavam índios para vendê-los no Norte), mas acertou na principal (as bandeiras foram originadas pela quebra do tráfico atlântico): os anos 1625-50 configuram, incontestavelmente, um período de “fome de cativos”.

(Luiz Felipe de Alencastro, *O trato do viventes*. p. 198-9)

Esse “período de ‘fome de cativos’” relacionou-se

- a) aos conflitos entre os holandeses e os portugueses no controle sobre o tráfico negreiro africano.
- b) às inúmeras guerras internas na África, que diminuíram drasticamente a oferta de homens para o tráfico intercontinental.
- c) à ascensão da marinha de guerra inglesa que, interessada na exploração da África, conteve a retirada de homens do continente.
- d) à ação militar e diplomática da França, que obteve o monopólio virtual do tráfico de escravos para a América.
- e) a importantes restrições de escravização dos africanos impostas pela Igreja Católica.

4. (UEM) Na década de setenta do século XVI, o Rei de Portugal, D. Sebastião, desapareceu lutando contra os muçulmanos na Batalha de Alcácer-Quibir, no norte da África. Assinale a(s) alternativa(s) que se relacionam **corretamente** a esse fato.

- 01. Com a morte de D. Sebastião, os portugueses abandonaram a política de expansão em direção ao sul da África e iniciaram a efetiva colonização do Brasil.
- 02. Com o domínio dos reis da Espanha sobre Portugal, que se seguiu ao desaparecimento de D. Sebastião, difundiu-se a crença no retorno desse rei, que salvaria os portugueses das dificuldades que os assolavam.
- 04. A crença no retorno de D. Sebastião marcou o imaginário popular português e atravessou o Atlântico, espalhando-se entre moradores do Brasil.
- 08. O sebastianismo ressurgiu em alguns momentos da história luso-brasileira, como, por exemplo, no movimento de Canudos.
- 16. Após a morte de D. Sebastião, embora houvesse incertezas políticas, o bom governo dos reis da Espanha e o ouro extraído das minas do Brasil garantiram, por 70 anos, um grande desenvolvimento econômico a Portugal.

Brasil, “a vaca leiteira de Portugal”

Quando se deu a expulsão dos flamengos, em 1654, a produção de açúcar se encontrava estagnada. Apesar da crise do açúcar, o Brasil se transformou na tábua de salvação da economia lusitana, o principal fornecedor do sustento de Portugal. A colônia converteu-se também em alvo da população reinol, que, em busca de sobrevivência, se transferia para a colônia em grande escala.

Nova política colonial

Para sobreviver ao caos, a Coroa portuguesa impôs ao Brasil uma rígida política colonial. A “vaca leiteira” deveria cumprir ainda mais a sua função de alimentar a metrópole com suas riquezas e tributos. Em 1642, foi criado o Conselho Ultramarino, órgão responsável pela execução da nova política colonial.

No **âmbito político**, foram impostas medidas para ampliar a centralização e o fortalecimento do poder régio na colônia, reduzindo a autonomia dos potentados locais.

Os donatários tiveram seus poderes reduzidos; os juízes locais, eleitos pelos homens bons, foram substituídos por juízes nomeados pelo rei, denominados de juízes de fora.

Na **esfera econômica**, intensificou o monopólio e a exploração colonial, subordinando o comércio colonial ao regime de comboios anuais e ao controle de duas companhias monopolistas.

Os proprietários rurais passaram a pagar novos impostos, ao mesmo tempo que os preços do açúcar caíam acentuadamente. A comercialização do sal foi concedida sob monopólio a certos comerciantes. Com a bancarrota das finanças públicas, a Coroa também não tinha recursos para viabilizar uma frota naval. A solução foi recorrer a capitais judeus.

Acreditando na existência de ouro no sertão, a Coroa também recorreu aos bandeirantes para a procura do tão cobiçado metal, medida que culminou num novo momento da história econômica da colônia: a mineração.

Gabarito

1. D
2. E
3. A
4. 02+04+08